

Política Externa

(Continua) As dificuldades no Terceiro Mundo

O Brasil enfrentará este ano sérias dificuldades para impor sua política junto aos países do Terceiro Mundo, porque seus recursos escassearam e, simultaneamente, essas nações estão submetidas, a exemplo do Brasil, aos efeitos negativos da recessão mundial.

O governo Figueiredo tentará redobrar esforços no sentido de impedir que essa política se torne apenas retórica, mas a queda dos meios à disposição do Itamaraty e dos demais órgãos governamentais é um empecilho sério no caminho do Brasil. Diplomatas brasileiros mais diretamente ligados ao tema têm lamentado muito essa conjuntura desfavorável, que passa a tolher os passos do Brasil em uma área que antes se mostrava extremamente promissora.

A virada em direção ao Terceiro Mundo reverteu as linhas tradicionais da política externa e do comércio exterior do Brasil. No século XIX e até à Primeira Guerra Mundial as relações econômicas e comerciais brasileiras se voltavam para a Europa Ocidental, nêsta se destacando o papel preponderante da Grã-Bretanha. Posteriormente, os Estados Unidos ocuparam, em relação ao Brasil e a tantos outros países, o lugar dos britânicos. Os países em desenvolvimento tinham uma influência considerada somente marginal nas relações exteriores deste país.

Um estudo do governo Figueiredo que analisa esse assunto recorda que esse quadro se amparava na tese da "não complementariedade econômica" entre a economia brasileira e as economias dos países da "faixa tropical", que engloba a maioria dos países em desenvolvimento. "De um lado e de outro" — diz o estudo — tratava-se de economias pouco diversificadas, baseadas em monoculturas agrícolas ou na produção extractiva mineral, concorrentes no mercado internacional e sem condições efetivas de viabilizar maior intercâmbio comercial". Um exemplo é citado, o da relação existente na época entre o Brasil e a África Negra, que concorriam em produtos como café, cacau, algodão e amendoim.

O relatório acentua que a tese da "não complementariedade econômica" ficou relegada a segundo plano pela rápida evolução política e econômica do mundo em desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Três fatores são citados com primazia para a mudança de rumos: 1 - industrialização e diversificação da economia brasileira desde 1945 e, principalmente, após 1967/68; 2 - a independência dos países africanos e outras antigas colônias europeias; 3 - a criação da ALALC e a ampliação do comércio intrazonal desde meados da década de sessenta.

O estudo governamental destaca que a idéia de uma "complementariedade natural" entre economias industrializadas e economias em desenvolvimento foi "severamente abalada" com a crise do petróleo. Três aspectos são analisados: a) o processo de industrialização dos países em desenvolvimento tornou essas nações não sómente exportadores de produtos alimentícios e matérias-primas, mas também de manufaturas; b) as barreiras às exportações de manufaturas dos países do Terceiro Mundo, impostas pelos países industrializados, fizeram com que os primeiros procurassem mercados alternativos não tradicionais; c) tornou-se evidente a vulnerabilidade das economias industrializadas em relação a matérias-primas energéticas, que poderão agora ser fornecidos pelos países em desenvolvimento, "com base em termos de troca mais vantajosos e equitativos do que no passado".

O estudo do governo brasileiro a respeito das relações do Brasil com o Terceiro Mundo lembra que o diálogo econômico não se limitou aos aspectos comerciais. O relatório afirma: "O processo de industrialização do país nos últimos vinte anos e, em particular, o desenvolvimento da economia brasileira a elevadas taxas de crescimento desde a segunda metade da década de sessenta (o chamado "milagre brasileiro"), permitiram ao Brasil tornar-se também exportador de serviços, de tecnologia e de bens de capital destinados a obras de infra-estruturas para aquele grupo de países".

A "tecnologia tropical", de que o Brasil se vale, também é mencionada. Ela se adapta a condições geoeconômicas peculiares de países semelhantes, como por exemplo nos setores agropecuário e de construção civil. São apontadas algumas vantagens desse tipo de tecnologia: é mais intensa em mão-de-obra do que em capital; utiliza equipamentos menos sofisticados do que os oferecidos pelos países industrializados; faz uso de matérias-primas próprias dos países tropicais; e desenvolvimento de processos de produção e soluções mais baratas do que as dos países industrializados, em setores como saneamento, suprimento de água e irrigação, construção de estradas e habitações populares.

Essa era o quadro de expectativas favoráveis no qual o Brasil se movia no Terceiro Mundo. Basicamente, todas as premissas aqui enumeradas continuam válidas. Só que agora, como aficiente do Fundo Monetário Internacional e súbito das suas próprias dificuldades, o Brasil carecerá de recursos suficientes para uma política eficiente no Terceiro Mundo. Poderá, quando muito, escolher algumas prioridades e salvar as aparências.

Carlos Conde